

De: mensagem-cristovam@senado.leg.br [<mailto:mensagem-cristovam@senado.leg.br>]
Enviada em: terça-feira, 20 de novembro de 2018 16:15
Para: mwing@terra.com.br
Assunto: Artigo senador Cristovam Buarque: Partido sem Escola

Partido sem Escola

Cristovam Buarque

Senador pelo PPS-DF e professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)
©ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE EM 20/11/2018

Uma das artimanhas das forças políticas conservadoras é esconder os problemas da sociedade para desviar a atenção da população. Um exemplo é a obsessão com que muitos defendem a ideia de “escola sem partido”, para esconder a realidade de que nossos partidos e nossos políticos não passaram pela Escola. Para esconderem a falta de escolas com qualidade para todos, defendem que é preciso impedir que elas debatam livremente nossos problemas e soluções.

Querem evitar o despertar dos alunos para a necessidade do ensino com qualidade para todos, garantindo que o Brasil não desperdiçará seus cérebros; colocando os filhos dos pobres em escola com a qualidade daquelas onde os filhos dos ricos estudam. Além de esconder que no Brasil os pobres não têm escola com qualidade e os ricos têm escolas com qualidade medíocre, a “escola sem partido” levará professores e alunos a um campeonato de denúncias contra ideias dentro de sala de aula, onde será implantado o terror: a “escola sem partido” será “escola aterrorizada”.

Muito mais do que escola sem partidos, o Brasil precisa de partidos e políticos que tenham passado pela escola, que conheçam história e saibam que houve tempo de “escola sem partido”, na Rússia Soviética, na Alemanha nazista, no Portugal salazarista, na Itália fascista, na Espanha franquista, no Brasil da ditadura. Não sabem e não percebem os danos decorridos na formação da juventude durante aqueles períodos; ou sabem e desejam aqueles tempos de volta. Na verdade, eram tempos de escola com partido único: o partido no poder, com ideia única para explicar a realidade social, política e mesmo científica. Uma escola precisa de todos os lados do mundo das ideias, não de nenhum partido ou um partido único.

É certo que devemos impedir a dominação política por partidos, com narrativas que não respeitam outras opiniões e que tentam doutrinar, no lugar de ensinar. Isso tem ocorrido nos últimos anos, na Universidade de Brasília, por exemplo, onde é proibido debater a diferença entre golpe e impeachment e comparar 2016, no caso de Dilma, com 1992, no caso Collor. Ainda na UnB, filha da liberdade e da democracia, há hoje impeachment para manifestações de apoio ao Bolsonaro.

O caminho não é proibir o debate, denunciar o professor que manifesta uma opinião, o caminho é abrir o debate para todas as opiniões. Se na universidade prevalece uma única narrativa, a falha não é do partidarismo de alguns professores doutrinadores sem capacidade de diálogo. De fato, grande parte de nossos alunos universitários sofrem lavagem cerebral, acreditam em fantasmas históricos que seus partidos lhes ensinam, são intolerantes com ideias diferentes das que receberam como doutrina. A solução não é proibir o partido dominante, nem substituí-lo por uma nova dominação.

A solução não virá mais para os atuais universitários, já são geração perdida. A saída é investir na educação de base, com total liberdade para o debate de todas as ideias, todos os partidos — uma “escola sem censura” que defenda a necessidade de professores bem remunerados, bem preparados, bem dedicados, em escolas bem equipadas, todas públicas e com compromisso em horário integral para formar uma nova geração. Manter escolas nas atuais condições de penúria intelectual, e ainda mais sob censura, com os alunos transformados em denunciadores e não em participantes dos debates, será cair no desastre dos países que passaram por isso no passado. Precisamos de “partidos com escola”, e não de “escola sem partido”.

Quando olho os próximos anos, a sensação de alívio por não ter os compromissos da agenda do mandato (agora mesmo que escrevo da China onde participo de seminário sobre economia dos BRICS) é substituída pela sensação de frustração, por não poder votar contra “escola sem partido”, nem poder continuar a luta por um “país com escola” de qualidade para todos, criando eleitores e dirigentes educados. Fica a frustração de saber que meus substitutos provavelmente votarão pela “escola sem partido”.

Mesmo longe do parlamento, continuarei defendendo que a saída não é proibir partidos nas pobres escolas que temos, mas construir escolas de qualidade, onde todas as ideias e todos os partidos possam participar do debate, inclusive sobre “escola sem partido”, como atualmente. Isso não será permitido se a proposta de censura for aprovada, porque “partido sem escola” constitui um partido que deseja negar o direito de “partidos na escola”.

Comentários & Réplicas

De: Manfredo Winge
Enviada em: domingo, 2 de dezembro de 2018 20:57
Para: Sen. Cristovam Buarque (cristovam@senador.gov.br)
Assunto: RES: Artigo senador Cristovam Buarque: PARTIDO SEM ESCOLA

Prezado colega e amigo Cristovam,
obrigado por enviar mais um de seus instigantes artigos.
Estamos de acordo em muitos pontos bem explicitados e outros deixados implícitos no artigo “Partido sem Escola”.
Defendi e ainda defendo os princípios do PL da “Escola sem Partido” (como o conheci), mesmo sentindo o peso contrário de artigos abalizados de respeitados educadores, pensadores, jornalistas, filósofos,.. incluindo este seu.

Vou tentar colocar os pontos como vejo a questão já apresentada e discutida em http://mw.eco.br/zig/emails/Ensino_Brasil.pdf , juntamente com muitos outros tópicos de interesse para o ensino no Brasil. A cópia de e-mail (abaixo) para a jornalista Cláudia Laitano, ao comentar o artigo dela: “Tempo Perdido”, sintetiza meu entendimento expresso na época *braba* em que professores e alunos impediram colegas de dar aula, alunos de assistir e fecharam escolas aqui em Porto Alegre.

Posto isto, começo com 1º parágrafo de seu artigo que atribui “a obsessão com que muitos defendem a ideia de ‘escola sem partido’, para esconder a realidade de que nossos partidos e nossos políticos não passaram pela Escola.” . (ref. ao título de seu artigo). É um fato notório que nossos parlamentares, em grande parte, não estão habilitados para proporem, revisarem e nem analisarem leis, fiscalizarem execução de projetos e dados financeiros.. fruto de uma ARMADILHA democrática: os parlamentares devem ser representantes do povo e eleitos pelo povo e as consequências são essas que vemos colocando em perigo a democracia (Pelé dizia: “O Povo não sabe votar” mas podemos substituir por “O Povo vota CERTO seguindo as “propagandas” eleitorais que são sua/nossa fonte básica de consulta dos currículos dos candidatos). Assim, é defensável que quem quiser ser parlamentar e BEM REPRESENTAR o povo deve ser instruído e preparado para tal. Podem dizer que isto é pensamento burguês, anti-povo; mas, não é !! pois eleitos despreparados e analfabetos funcionais nunca serão bons legisladores, fiscalizadores,.. e vão aprovar ou desaprovar qualquer coisa que o “líder” (\$\$) indicar. Obs. para ser gari aqui em Porto Alegre, deve-se ter comprovação de ter cursado até o 2º ano do fundamental.

Com relação ao perigo de que o projeto escola sem partido tenha como objetivo recôndito fazer lavagem cerebral no alunado, seguindo os estilos nazista, fascista, comunista... de apropriação progressiva do povo, acho que não subsiste pois as diretrizes expressas no projeto de lei que vi e transcrevi no meu site, caso mantidas, definem o contrário (ver excerto abaixo). Entretanto, um tal projeto deverá ser amplamente divulgado, debatido e melhorado, principalmente em meio acadêmico, antes de ser votado. P.ex. Uma lei estadual não pode disciplinar sobre ensino superior, *smj*. Observar que, mantida a higidez democrática do projeto, ele coibirá afrontas de qualquer lado, direita, esquerda, em cima, em baixo.... E, finalmente, como já se disse alhures, leis preventivas servem em democracia pois em ditaduras, se “estorvarem”, elas serão “adequadas” ou simplesmente eliminadas.

Parabéns pelo artigo que segue em sua linha de sempre melhorar o ensino no País dentro da premissa de que **ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE PARA TODOS OS BRASILEIROS não representa custo, É O INVESTIMENTO PRIORITÁRIO**

INDISPENSÁVEL DO PAÍS.

Abraços ao caro colega

Manfredo

c/co colegas, amigos/as e “ativadores sociais”

Manfredo Winge - <http://mw.eco.br/zig/hp.htm>[confraria democrática do bom senso]

EXCERTO DE E-MAIL:

De: Manfredo Winge

Enviada em: domingo, 21 de agosto de 2016 19:55 Para: Cláudia Laitano Cc: 'Dep. Adão Villaverde (villaverde@al.rs.gov.br)'; Dep. Beto Albuquerque (dep.betoalbuquerque@camara.leg.br); Dep. Margarida Salomão ; Dep. Onix Lorenzoni (dep.onixlorenzoni@camara.leg.br); 'Dep. Osmar Terra (dep.osmarterra@camara.gov.br)'; 'Dep. Vieira da Cunha (dep.vieiradacunha@camara.gov.br)'; Sen. Aécio Neves (aecio.neves@senador.gov.br); Sen. Alvaro Dias (alvarodias@senador.gov.br); 'Sen. Ana Amélia (ana.amelia@senadora.gov.br)'; 'Sen. Cristovam Buarque (cristovam@senador.gov.br)'; Sen. José Serra (jose.serra@senador.leg.br); Sen. Lasier Martins; 'Sen. Paulo Paim (paulopaim@senador.gov.br)'; 'Sen. Pedro Simon (simon@senador.gov.br)' Assunto: CLAUDIA LAITANO - Tempo perdido - [Escola sem ou com partido]

Prezada cronista Cláudia, srs. políticos e demais,
Inicialmente tenho a dizer que gosto muito de suas crônicas.

Realmente, é muito importante levantar questões relacionadas com o ensino brasileiro (objeto de e-mail copiado abaixo) e de forma objetiva e “sem perder tempo com bobagem”. Investir bem em ensino de qualidade é resolver nossos problemas sociais; é pra JÁ!

Também acho que o assunto em pauta não deveria nem ser objeto de lei alguma, a não ser a natural “lei do bom senso” que faz todo o professor competente ser ético, apresentando em questões ideológicas, religiosas, etc. sempre os dois ou mais lados envolvidos com seus argumentos a favor e contra. Isto não quer dizer que o professor, fora do ambiente de aula (no boteco, p.ex.), não possa defender determinadas posições e as discutir com os alunos. O que não pode é o mestre, em sala de aula e por qualquer motivo que seja, se apresentar como um catequizador de crianças ou adolescentes para definir que determinada religião, ideologia política, etc.. é a certa e deve ser adotada sem apresentar contrapontos. Isto porque para muitos alunos o que o mestre diz é a verdade principalmente se ele for um excelente apresentador. Se o assunto for de veras importante, o professor deve atizar o interesse do aluno promovendo a discussão de tais questões podendo usar métodos como o de determinar grupos de alunos, uns defenderem e outros atacarem as propostas tidas como antagônicas como, p.ex., entre criacionismo e evolucionismo; ou entre capitalismo com estado mínimo e comunismo com estado máximo.

Infelizmente existem professores que são extremistas em seus pontos de vista, necessitando-se sim (não é bobagem) uma lei ou outro instrumento normativo que nos previna de um ensino deletério que, além de não desenvolver a capacidade dialética e de conhecimento cidadãos, encaminhe para propostas e ações como às, cada vez mais vezeiras, de invasões e outras “arruaças” por professores e alunos o que, definitivamente, não é a via certa para soluções de quaisquer problemas em um regime democrático, colocando em perigo a nossa estrutura social como se está vendo aumentar pela leniência do poder com esses excessos que rondam a ilegalidade.

Outro ponto da crônica e que não concordo é de que os pais podem, se for o caso, estar trocando de escola facilmente se não conseguirem que um ou outro professor não deixe de se meter a “catequizador”.

Manfredo Winge

EXCERTO:

Projeto de Lei nº 190 /2015

Deputado(a) Marcel van Hattem

Institui, no âmbito do sistema estadual de ensino, o “Programa Escola sem Partido”.

Art. 1º. Fica criado, no Estado do Rio Grande do Sul, o “Programa Escola sem Partido”, no âmbito do ensino público ou privado, atendidos os seguintes princípios:

- I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;
- II - pluralismo de ideias no ambiente escolar;
- III - liberdade de consciência e de crença;
- IV - reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado;

V - educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença;

VI - direito dos pais a que seus filhos menores recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Parágrafo Único. Esta Lei aplica-se à educação infantil e aos ensinos fundamental, médio e superior no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º. São vedadas, em sala de aula no âmbito do ensino regular no Rio Grande do Sul, a prática de doutrinação política e ideológica bem como quaisquer outras condutas por parte do corpo docente ou da administração escolar que visem impor aos alunos opiniões político-partidárias.

Art.....

From: Ellen Bisconti
Sent: Monday, December 03, 2018 5:30 PM
To: Manfredo Winge
Subject: Re: Fw: Artigo senador Cristovam Buarque: PARTIDO SEM ESCOLA

Penso, com o devido respeito, que o senador faz um jogo de palavras. Ao não ser eleito, sendo preterido por uma esportista, necessita apresentar novas teses. Sabemos que sempre foi a favor da educação. O que é louvável. Mas de que adiante bancar don Quixote de la Mancha, o rei de fato? Mais vale ser Sancho Pança, e ser o rei de direito. Lutar contra moinhos quase sempre imbatíveis. Lembra até a letra de Joe Darion da Produção Musical da Broadway "Man of la Mancha". A escola ainda é o local da aquisição de conhecimentos, apesar da internet. Simples assim: Matemática. Português, Física, Química etc. Muito viés científico. É disso que precisamos. Mais conteúdo programático e menos político, partido. Sabemos que não levou à nada.

De: Manfredo Winge
Enviada em: quinta-feira, 13 de dezembro de 2018 19:40
Para: Ellen Bisconti
Cc: Sen. Cristovam Buarque (cristovam@senador.gov.br)
Assunto: COMENTÁRIOS & RÉPLICAS: Artigo senador Cristovam Buarque: PARTIDO SEM ESCOLA

Prezada Ellen,

obrigado pelas tuas ponderações para as quais tenho observações.

Não me ficou claro qual é o jogo de palavras do ex-reitor da UnB, pois não vi onde ele faz tal jogo de palavras pelo menos neste artigo que é o que se está discutindo.

Esta eleição de 2018 não foi só atípica por ter sido eleito para presidente pessoa sem experiência administrativa e que hoje defende (*sic*) o extremo oposto do que defendia há não muito tempo atrás mas, também, pelas decisões eleitorais extremistas da maior parte do eleitorado buscando em massa apoiar um dos dois “salvador da pátria” (selecionados devido ao maniqueísmo que vigora) e/ou visando a extinção do “inimigo”, votando em um arremedo. Vejo isto tudo - incluindo a eleição no DF para o Senado de uma jogadora de *volley* em detrimento do senador Cristovam, combativo na defesa da boa educação pública (nossa prioridade das prioridades), experiente educador e ex-governador de Brasília - como fruto da guerra imbecil de “nós contra os outros”, armada há um bocado de tempo, maiormente pelos lulopetistas. Esta guerra hoje extravasa em “batalhas” de *fakes* contra *fakes*, cheia de radicalizações inconsequentes e/ou corporativistas com visão determinística de como deve ser o mundo, raramente considerando a necessidade premente de se acabar com a miséria reinante para se dar oportunidade a todos.

Alienação que cobrará de todos nós seu preço no futuro. Essa total falta de alteridade crescente não é exclusiva do Brasil, mas sim está espalhada neste nosso *mundinho* com espírito bélico crescente amarrado a “nacionalismos eficientes” que dispensam as “negociações multilaterais trabalhosas” e as “firulas diplomáticas” pacifistas e ordenadoras do concerto entre as nações.

Aliás, o presidente eleito segue o modelo daquela figura caricata dos EUA que se comunica “formalmente e diplomaticamente” via redes sociais sem maiores cuidados com a liturgia do cargo de presidente e com o agravo de ser o líder máximo do mais poderoso país da Terra.

Voltando ao assunto: não li no artigo do Prof. Cristovam que escola não deve dar atenção às matérias básicas, mas sim de que é importante também que os alunos aprendam a discutir política, religião, profissões, organização social, cidadania, ... através de processos democráticos que podem e devem ser conduzidos pela escola - claro que com professores éticos e sem viés religioso, ideológico, etc. E com isto estou totalmente de acordo.

Assim, desde que se mantenha o foco na formação fundamental nas matérias básicas, penso que há grande importância na discussão saudável, sem proselitismos, de matérias polêmicas ou antagônicas sobre política, religião, ética, filosofia e outras, mas, especialmente, sobre o próprio ensino do que está errado ou certo, como o Prof. Cristovam salientou. Isto é ensinar a fazer Política com P maiúsculo para que o aluno não venha a ser um eterno alienado, egoísta, sem cultura, ... mas sim um cidadão preparado para a vida e, principalmente, com espírito crítico e capacidade de discernimento apurada dos fatos e problemas do dia a dia. Certamente esses alunos que aprenderem a discutir civilizadamente saberão melhor escolher os candidatos e valorizar seu voto posto que já podem votar aos 16 anos. E talvez alguns até venham a ser ótimos políticos.

Com relação à Universidade, como tu mesma já lembrastes em outra oportunidade, ela é o *locus* de ações, não só do ensino, mas de pesquisa e extensão principalmente, também. Nesta EXTENSÃO penso que um ponto muito importante é o da interação Universidade-Escola (talvez seja um grande vácuo nos dias de hoje) através de cursos de aperfeiçoamento e reciclagem para os professores do fundamental e do 2º grau. Assim, p.ex. no IG da UnB muitos professores/as de nível médio de escolas do DF fizeram um belo curso - “Geociências para Professores de Primeiro e Segundo Grau” -com muita prática e que foi repetido em vários anos. Este curso foi bolado e coordenado pela minha querida colega Profa. Edi M. Guimarães que convocava vários colegas para participarem no ensino de matérias de suas especialidades neste curso de extensão. Entende-se assim que a universidade não é só para dar aula “cuspe e giz” e prover canudo de diplomado. Funcionamento garantido para a boa e democrática UNIVERSIDADE pública, rica em debates e zelosa em aceitação de diversidades, sempre será a segurança de um futuro cada vez melhor e mais humano para o País. Os fartos resultados de

pesquisas, cursos e atividades de extensão,.. são muito positivos não só para setores específicos e para a comunidade local, mas nacional e internacionalmente via convênios/contratos com instituições e a ampla divulgação/publicação de novos conhecimentos auferidos e tecnologias desenvolvidas com patentes brasileiras. Neste sentido a conexão, formal e informal, entre cientistas, artistas, filósofos, etc. com os seus pares de outras universidades do mundo via acordos internacionais, envolvendo pesquisas, mestrados, doutorados, simpósios,.. são fundamentais para catapultarem a ampliação do conhecimento e o desenvolvimento tecnológico acelerado dos dias de hoje e junto a formação de alunos para profissões do futuro. Tudo isto e sem deixar de desenvolver também a face suave e humana das culturas e das artes preservadas e amplificadas com a formação dos alunos em profissionais dessas áreas sensíveis que não podem ficar de lado, como vem ocorrendo, por pressões de gente com visão tecnocrática meramente utilitarista de que o ensino deve servir só para atender ao mercado o que indica desconhecimento de que patrimônios culturais e naturais (não só museus, jardins botânicos,...) podem render não só muitos novos empregos, mas também qualidade de vida com preservação ambiental. Em certos casos, pesquisas em turismo p.ex., podem até render financeiramente ao País mais do que a “burra cheia” de empreendimentos extrativistas com viés de dilapidar o meio ambiente para exportar indiscriminadamente *commodities* sem valor agregado.

Só em governos que tendem a autoritários é que o ensino em geral e a academia em particular são bombardeados e conspurcados via manuseio das facilidades democráticas para, nos *finalmente*, pela força do tacão, imporem suas “verdades acabadas e definitivas” sem permitir nenhum contraponto (geralmente considerado “subversivo” pelo “salvador” de plantão).

Abraço
Manfredo

De: Ellen Bisconti
Enviada em: sexta-feira, 14 de dezembro de 2018 13:16
Para: Manfredo Winge
Assunto: Re: COMENTÁRIOS & RÉPLICAS: Artigo senador Cristovam Buarque: PARTIDO SEM ESCOLA

Como sou sucinta, penso que todos compreendem o que escrevo. Ainda mais quando D. Quixote e Sancho Pança fazem parte da Literatura da UFRGS, tão ampla, abrangendo quase que a literatura mundial.

D. Quixote, hedonista, preferindo viver num mundo ideal. Já Sancho, estóico, aceitando até a cooperação de outros.

Houve um silogismo entre escola sem partido X partido com escola. Acho um pouco confuso. Até comparei com a Música. Mas talvez seja mais compreensível para quem se dedicou às Humanas.

De: Manfredo Winge
Enviada em: sexta-feira, 14 de dezembro de 2018 19:10
Para: 'ellenbis@terra.com.br'
Assunto: RES: COMENTÁRIOS & RÉPLICAS: Artigo senador Cristovam Buarque: PARTIDO SEM ESCOLA

Ellen,

o que o Cristovam chamou a atenção com esse título instigante é que os parlamentares (partidos) é que precisam de escola (a mais pura verdade pois a

maioria é ignorante) e que a discussão sobre a não ideologização das escolas não tem essa relevância toda pois, pelo contrário, devem ser estimulados os debates com diálogos francos sobre questões polêmicas políticas e religiosas.

Abraço

Manfredo

From: José Carlos Kegler
Sent: Friday, December 07, 2018 6:48 AM
To: Manfredo
Subject: Re: Fw: Artigo senador Cristovam Buarque: PARTIDO SEM ESCOLA

Prezado Manfredo,

fecho contigo. Tenho enorme respeito pelas ideias do senador - inclusive meu candidato a presidência da república - mas entendo e endosso teu pensamento.

Abraço do Lulo

From: Manfredo Winge
Sent: Friday, December 07, 2018 9:15 AM
To: José Carlos Kegler
Cc: Cristovam Buarque
Subject: COMENTÁRIOS & RÉPLICAS - Artigo senador Cristovam Buarque: PARTIDO SEM ESCOLA

Obrigado José Carlos pela participação.

Postarei tua concordância com as ideias do ex-reitor da UnB no meu *site* na página “Partido Sem Escola” em http://mw.eco.br/zig/emails/Ensino_Brasil.pdf.

Podes ver que discordo do senador quanto à necessidade de se estabelecer em lei a proibição de “doutrinação” ou “catequese” em sala de aula, isto porque penso que toda a hora podem ocorrer escorregadelas antidemocráticas na gravidade do que ocorreu em várias escolas sem aula por meses a fio com alguns alunos e até professores, em nome de defesas políticas extremistas, se assenhoraram das instalações públicas escolares impedindo o expediente e, inclusive, impedindo fisicamente que vários professores dessem suas aulas aqui no RS e, se não estou enganado, em outros lugares do País.

O ideal, como já disse, é que tal lei não fosse necessária, mas vamos e venhamos que novos professores xiitas, agora do outro extremo da ultra direita e ainda mais nestes tempos de radicalização, queiram também praticar doutrinação, catequese etc. ao invés de lecionar e discutir pontos e contrapontos de teorias e práticas científicas, políticas, religiosas,.. com os alunos. Neste sentido e visando prevenir situações ruins como às que já passamos, tenho uma nova proposta: - que esta questão ética e democrática do bom professor – de estimular as discussões de forma ordenada e de não tentar catequizar ninguém em sala de aula – passe a ser matéria obrigatória nos cursos de pedagogia e, também, objeto de cartilhas e cursos rápido para reciclagem de professores.

Abraços

Manfredo

Voltar para o [SITE](#) – Voltar para [Ensino Público no Brasil](#)